



Banco BS2 S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Relatório da Administração	9
Balanco patrimonial	11
Demonstração do resultado	13
Demonstração do resultado abrangente	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17
1 Contexto operacional	17
2 Apresentação das demonstrações financeiras	17
3 Resumo das principais políticas contábeis	18
4 Caixa e equivalentes de caixa	23
5 Aplicações em depósitos interfinanceiros	23
6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24
7 Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	27
8 Transações de pagamento	27
9 Carteira de crédito	27
10 Outros ativos financeiros	30
11 Outros ativos	30
12 Ativos fiscais correntes e diferidos	30
13 Investimentos em participações em coligadas e controladas	31
14 Ativos tangíveis e intangível	34
15 Depósitos, captações no mercado aberto e recursos de mercados interbancários	35
16 Letras financeiras subordinadas	36
17 Outros passivos financeiros	37
18 Provisões	37
19 Outros passivos	38
20 Patrimônio líquido	38
21 Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento	40
22 Resultado com aplicações interfinanceiras	40
23 Resultado com títulos e valores mobiliários	40
24 Despesas com operações de captação no mercado	40
25 Receitas de prestação de serviços e Rendas de tarifas bancárias	41
26 Despesa de pessoal	41
27 Outras despesas administrativas	41
28 Despesas tributárias	41
29 Outras receitas e despesas operacionais	42
30 Outras receitas e despesas	42
31 Imposto de renda e contribuição social	42
32 Partes relacionadas	43
33 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III)	44
34 Gerenciamento de risco	45
35 Outras informações	48
Composição dos órgãos da administração	53
Relatório do comitê de auditoria	54

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(g) e 9)

Conforme divulgado nas Notas 3(g) e 8, o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco das operações, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (*rating*) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes sobre (i) a integridade da base de dados de operações de crédito; (ii) a conciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos; (iii) a aprovação e acompanhamento das operações renegociadas; (iv) a aderência das principais premissas adotadas pela administração para mensuração da provisão com as normas do Banco Central do Brasil; e (v) a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos *ratings* e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.

Reconhecimento do crédito tributário (Notas 3(l) e 12)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido.

Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização dos créditos tributários elaborado pela administração.

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das premissas críticas utilizadas pelo Banco com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, o confronto dos principais dados históricos em relação à projeções e a análise de aderência frente a Resolução CMN nº4.842/20.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes

Porque é um PAA

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas 3(g) e 9(a))

A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, Estados e municípios.

O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios.

Considerando a relevância da mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, registro e divulgação desses títulos.

Adicionalmente, realizamos testes quanto à valorização de determinadas operações, que considerou a atualização do entendimento com a administração das principais premissas e metodologias adotadas; a análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os realizados; e a análise da razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.

Ambiente de Tecnologia de Informação

O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, podem ocasionar o

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções, gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, processamento de rotinas *batch*, segurança de acessos a programas e banco de

Banco BS2 S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio.</p> <p>Dessa forma, continuamos a considerar o ambiente de Tecnologia da Informação uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>dados e segurança física do centro de processamento de dados.</p> <p>Testamos os principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os principais controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco.</p> <p>Como resultado desses procedimentos de auditoria consideramos que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Banco BS2 S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas em conjunto, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Banco BS2 S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

Relatório da Administração

Prezados (as) Acionistas e Clientes,

Apresentamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. (Banco), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Apresentação

Somos o Banco BS2, um banco digital dedicado às empresas. Temos uma história que muito nos orgulha, de empreendedorismo e inovação, para estar sempre um passo à frente, com um ecossistema de produtos e serviços que vão além do crédito e que compõe uma oferta de valor integrada às necessidades de crescimento, tais como *cash management*, câmbio e seguros.

Aos nossos parceiros que contam com as soluções do BS2 *Banking as a Service*, emprestamos nossa expertise e promovemos o seu crescimento oferecendo melhores experiências para os seus clientes. Entendemos que só podemos crescer juntos com os nossos clientes e parceiros, e gerar resultados para todos, quando conhecemos profundamente suas necessidades e assim promovemos um atendimento próximo, consultivo e disponível dependendo da necessidade de cada um.

O BS2 atuou com estratégias mais conservadoras na concessão de crédito, embora crescentes e com mais garantias, diante do ambiente econômico incerto. O mercado de capitais, por sua vez, valorizou-se no semestre, tendo o índice Ibovespa apresentado forte valorização demonstrando confiança do investidor para os próximos meses.

Desempenho financeiro

O ativo total posicionou-se em R\$ 7,3 bilhões, um crescimento de 37% em comparação aos R\$ 5,3 bilhões de 31 de dezembro de 2022. Tal crescimento fruto da nossa estratégia que alavancou nossas operações de crédito para empresas. Com isso, atingimos uma carteira total R\$ 1,7 bilhão, 24% maior em comparação aos R\$ 1,4 bilhão de 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento” somam R\$ 205,7 milhões, para os quais o Banco tem a intenção e capacidade de mantê-los até o vencimento.

No exercício de 2023, nossas operações de câmbio, atingiram o volume de R\$ 37,9 bilhões, 26% maior em relação ao mesmo período de 2022, reforçando nossa constante evolução neste mercado através de equipe altamente qualificada, produtos diferenciados e da nossa conta internacional em dólar.

Captações

Nossa captação de recursos perfez o montante de R\$ 5,2 bilhões, um crescimento de 25% em comparação aos R\$ 4,1 bilhões de 31 de dezembro de 2022. Captação esta composta principalmente por depósitos a prazo no montante de R\$ 3,4 bilhões (R\$ 2,2 bilhões em 2022), captações no mercado aberto e recurso de mercado interbancários totalizaram R\$ 416,1 milhões (R\$ 298,2 milhões em 2022) e letras financeiras subordinadas, que compõe o patrimônio de referência nível II, no montante de R\$ 252,2 milhões (R\$ 220,6 milhões em 2022).

Patrimônio líquido e resultado

Alcançamos um patrimônio líquido de R\$ 711,3 milhões no exercício de 2023, 9% maior que os R\$ 653,9 milhões de 31 de dezembro de 2022 e o resultado do exercício de 2023 fechou com um lucro de R\$ 85,1 milhões, 61% maior que os R\$ 52,8 milhões do mesmo período de 2022. Estes resultados são fruto da efetividade da execução das nossas estratégias de crescimento no universo PJ.

Relatório da Administração

Limites operacionais

Nossos limites operacionais foram apurados com base nas informações do Conglomerado Prudencial conforme regulamentação do Banco Central do Brasil. Fechamos o ano com um índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (índice de basileia) em 14,6%, perante o mínimo requerido de 10,5% (Índice Basileia 8% + ACP 2,5%), já considerado o adicional de capital principal.

ESG - Environmental - Social - Governance

Seguimos na busca por transformar a experiência financeira com simplicidade e transparência e com uma proposta de valor ESG de sermos um agente catalisador do desenvolvimento sustentável. Permanecemos convictos na jornada de contribuição aos objetivos de desenvolvimento sustentável, reafirmando nosso compromisso com o pacto global da ONU e implementando novas iniciativas ESG em diferentes frentes da atuação.

Identificamos novos desafios e oportunidades, investimos em capital humano e intelectual, criamos soluções inovadoras capazes de gerar valor e alavancar bons resultados para nós e para nossos *stakeholders*. É nessa busca contínua por resultados compartilhados, que a integração de aspectos sociais, ambientais e de governança tem avançado. A consolidação da agenda de sustentabilidade vem impulsionando o desenvolvimento de iniciativas ESG, com destaque em 2022 para implantação de um programa de diversidade e inclusão, adesão ao movimento transparência 100% e à estruturação de um programa de responsabilidade social. Desdobramentos destas e outras iniciativas poderão ser acompanhados integralmente no relatório anual ESG disponibilizado em nosso site www.bancobs2.com.br em nossos números.

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes, assim como aos nossos parceiros e colaboradores pela confiança e parceria.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2024.

A Administração.

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	702.493	646.295
Instrumentos financeiros		5.950.787	4.054.631
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	204.083	83.232
Títulos e valores mobiliários	6(a)	2.348.707	1.788.840
Instrumentos financeiros derivativos	6(b)	3.131	1.581
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	7	143.871	156.597
Relações interfinanceiras		448	432
Transações de pagamento	8	798.974	466.163
Carteira de crédito	9	1.647.509	1.352.731
Operações de crédito		1.217.159	1.064.366
Outros créditos com características de concessão de crédito		510.469	332.391
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(80.119)	(44.026)
Outros ativos financeiros	10	804.064	205.055
Outros ativos	11	50.632	44.028
Ativos fiscais correntes e diferidos		230.373	225.448
Ativos fiscais correntes	12(a)	59.611	71.055
Ativos fiscais diferidos	12(b)	170.762	154.393
Ativos não correntes mantidos para venda		25.759	21.053
Investimentos em participações em coligadas e controladas	13	283.117	261.502
Outros investimentos		2.326	2.751
Ativos tangíveis	14(a)	11.839	17.721
Ativos intangíveis	14(b)	3.455	16.071
Total do ativo		7.260.781	5.289.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Passivos financeiros		6.377.313	4.504.743
Depósitos	15	4.463.042	3.601.158
Captações no mercado aberto	15	59.371	57.505
Recursos de mercados interbancários	15	356.756	240.726
Relações interfinanceiras		132	530
Relações interdependências		150.064	176.833
Obrigações por empréstimos e repasses		25.761	5.261
Instrumentos financeiros derivativos	6(b)		156
Letras financeiras subordinadas	16	252.231	220.644
Outros passivos financeiros	17	1.069.956	201.930
Provisões	18	32.337	22.664
Obrigações fiscais correntes e diferidas		18.757	16.184
Obrigações fiscais correntes		18.757	16.180
Obrigações fiscais diferidas			4
Outros passivos	19	121.060	91.997
Total do passivo		6.549.467	4.635.588
Patrimônio líquido		711.314	653.912
Capital social	20(a)	617.155	617.155
Reservas de capital		2.713	2.602
Reservas de lucros	20(b)	108.778	53.695
Outros resultados abrangentes		(17.332)	(19.540)
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.260.781	5.289.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2º Semestre 2023	2023	2022
Receitas da intermediação financeira		535.237	905.462	722.685
Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento	21	236.715	426.643	370.732
Resultado com aplicações interfinanceiras	22	25.063	47.150	73.562
Resultado com títulos e valores mobiliários	23	145.678	269.812	181.631
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6(b)	(4.144)	(24.549)	(9.285)
Resultado com operações de câmbio		131.643	180.095	105.584
Resultado com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		282	6.311	461
Despesas da intermediação financeira		(227.461)	(425.148)	(384.065)
Operações de captação no mercado	24	(225.889)	(419.645)	(383.716)
Operações empréstimos e repasses		(1.572)	(5.503)	(349)
Resultado da intermediação financeira		307.776	480.314	338.620
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	9(g)	(38.089)	(79.481)	(34.989)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(39.631)	(82.177)	(38.647)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo		1.542	2.696	3.658
Resultado bruto da intermediação financeira		269.687	400.833	303.631
Outras receitas e despesas operacionais		(182.438)	(278.750)	(260.772)
Receitas de prestação de serviços	25	6.077	12.485	16.874
Rendas de tarifas bancárias	25	53.789	119.373	89.648
Despesas de pessoal	26	(82.197)	(142.957)	(102.079)
Outras despesas administrativas	27	(139.339)	(254.094)	(244.347)
Despesas tributárias	28	(26.549)	(47.768)	(37.898)
Resultado de participações em coligadas e controladas	13	22.599	42.561	37.034
Outras receitas operacionais	29	9.652	31.485	21.608
Outras despesas operacionais	29	(26.470)	(39.835)	(41.612)
Resultado operacional		87.249	122.083	42.859
Outras receitas e despesas	30	(363)	(307)	18.051
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		86.886	121.776	60.910
Imposto de renda e contribuição social	31	(10.256)	(10.405)	7.070
Imposto de renda		(9.067)	(15.969)	(5.229)
Contribuição social		(8.107)	(12.928)	(4.252)
Ativo fiscal diferido		6.918	18.492	16.551
Participações no resultado		(14.429)	(26.288)	(15.148)
Resultado líquido do semestre/exercícios		62.201	85.083	52.832
Resultado básico e diluído por ação - R\$	20(e)	0,55	0,76	0,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e exercício

findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

	2º Semestre 2023	2023	2022
Resultado líquido do semestre/exercícios	62.201	85.083	52.832
Outros ajustes abrangentes	(7.191)	2.208	(2.662)
Ativos financeiros disponíveis para venda (i)	5.487	23.050	(4.819)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (ii)	(18.999)	(19.167)	
Variação cambial de dependência no exterior (ii)	300	132	(20)
Imposto de renda e contribuição social	6.021	(1.807)	2.177
Total do resultado abrangente	55.010	87.291	50.170

(i) Montantes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas.

(ii) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco BS2 S.A.****Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
			Legal	Estatutária			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	617.155	2.448	5.443	16.423	(16.878)	624.591	
Outros resultados abrangentes no exercício					(2.662)	(2.662)	
Remuneração baseada em ações		154				154	
Retenção de dividendos				3.997		3.997	
Resultado líquido do exercício						52.832	
Destinações:							
Constituição de reservas			2.642	25.190		(27.832)	
Juros sobre o capital próprio						(25.000)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	617.155	2.602	8.085	45.610	(19.540)	653.912	
Outros resultados abrangentes no exercício					2.208	2.208	
Remuneração baseada em ações		111				111	
Resultado líquido do exercício						85.083	
Destinações:							
Constituição de reservas			4.254	50.829		(55.083)	
Juros sobre o capital próprio						(30.000)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	617.155	2.713	12.339	96.439	(17.332)	711.314	
Saldo em 30 de junho de 2023	617.155	2.582	9.229	67.348	(9.973)	686.341	
Outros resultados abrangentes no semestre					(7.359)	(7.359)	
Remuneração baseada em ações		131				131	
Resultado líquido do semestre						62.201	
Destinações:							
Constituição de reservas			3.110	29.091		(32.201)	
Juros sobre o capital próprio						(30.000)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	617.155	2.713	12.339	96.439	(17.332)	711.314	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2º Semestre 2023	2023	2022
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do período	62.201	85.083	52.832
Ajustes ao resultado líquido	329.445	444.310	351.773
Perdas esperadas com operações de crédito	39.631	82.177	38.647
Perdas esperadas com demais ativos financeiros	2.767	3.150	1.973
Provisão para perdas de outros investimentos			3
Depreciação e amortização	5.062	9.879	10.884
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e outros investimentos	295	334	
Resultado de participações em coligadas e controladas	(22.599)	(42.561)	(37.034)
Ganhos e perdas de capital líquidas	799	1.536	(7.407)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.918)	(18.496)	(16.885)
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(163.408)	(207.493)	(76.969)
Variação cambial de outros ativos e passivos	465.181	605.864	436.805
Pagamentos baseados em ações	131	111	154
Constituição (reversão) de provisão para contingências	8.504	9.809	1.602
Resultado líquido ajustado	391.646	529.393	404.605
Variações de ativos e passivos	94.088	(630.509)	(205.200)
Depósitos compulsórios no banco central do Brasil	(10.960)	12.726	(88.852)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(114.783)	(120.851)	(48.859)
Títulos e valores mobiliários	(92.833)	(547.189)	(262.412)
Carteira de crédito	(138.914)	(376.955)	(535.991)
Depósitos	482.241	861.884	(475.261)
Captações no mercado aberto	(226.773)	1.866	35.127
Recursos de mercados interbancários	121.306	116.031	126.424
Letras financeiras subordinadas	14.688	31.586	(100.982)
Transações de pagamento (Ativos e Passivos)	150.214	(332.831)	1.619.693
Derivativos (Ativos e Passivos)	(1.659)	(1.707)	(1.521)
Demais ativos e passivos financeiros e não financeiros	(88.439)	(275.069)	(472.566)
Caixa (aplicado) gerado nas operações	485.734	(101.116)	199.405
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19.911)	(29.448)	(14.996)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais (1)	465.823	(130.564)	184.409
2. Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimentos		(547)	(292)
Alienação de investimento	678	678	
Aquisição de imobilizado de uso	(486)	(691)	(1.080)
Alienação de imobilizado de uso	549	607	698
Aquisição de intangível	(10.480)	(21.946)	(23.356)
Alienação de intangível	10.479	30.610	17.751
Aquisição de participações societárias	(576)	(35.086)	(3.653)
Alienação de participações societárias	144	27.756	1.392
Aumento de capital em controladas	(667)	(667)	(39.997)
Dividendos recebidos	7.526	8.555	15.031
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento (2)	7.167	9.269	(33.506)
3. Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(30.000)	(30.000)	(25.000)
Emissão de instrumento de dívida elegíveis à capital			128.732
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de financiamento (3)	(30.000)	(30.000)	103.732
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa (1+2+3)	442.990	(151.295)	254.635
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	96.095	646.295	314.691
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	163.408	207.493	76.969
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	702.493	702.493	646.295
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	442.990	(151.295)	254.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Banco BS2 S.A. ("Banco") é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial, de câmbio, de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de serviços bancários digitais, créditos para empresas, direitos creditórios e de serviços de pagamentos (*banking as a service*). As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Banco tem como principal fonte de recursos os depósitos à vista, o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e o lançamento de letras financeiras subordinadas.

O Banco, controlado diretamente pela Bonsucesso Holding Financeira S.A., é a instituição líder das instituições financeiras do Grupo Bonsucesso, constituída e domiciliada no Brasil, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1.143 -15º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte – MG.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais do Banco, que incluem sua dependência no exterior, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os seguintes normativos entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, e as principais mudanças estão na classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.
- Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025.
- A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer a adoção de estimativas por parte da Administração. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras, na reunião realizada em 29 de fevereiro de 2024.

Foram realizadas as seguintes reclassificações de informações comparativas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022:

Demonstração do resultado		
De	Para	2022
Receitas de prestação de serviços	Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento	6.955
Outras receitas operacionais	Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento	149.756
Outras despesas administrativas	Resultado com operações de câmbio	(81.977)
Outras despesas administrativas	Outras despesas operacionais	(11.122)

3 Resumo das principais políticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera, a moeda funcional do Banco é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os saldos das demonstrações financeiras da dependência no exterior do Banco, moeda funcional, foram convertidos para o Real utilizando a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil, como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

(c) Caixa e equivalentes

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um risco baixo de mudança de valor, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados na nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base *pro rata*, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.

- (ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa que são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e
- Para aqueles classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(g) Operações de crédito, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, cessão de crédito e precatórios

- (i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base pro rata, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma pro rata ao resultado.

- (ii) A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída com base nos critérios definidos pela resolução CMN 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.
- (iii) O Banco classifica as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:
- Nas operações classificadas como “transferência substancial dos riscos e benefícios” o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.
 - Nas operações classificadas na categoria “com retenção substancial de riscos e benefícios” o ativo financeiro deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo e os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida. As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.
- (iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a respeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e desempenho de pagamento de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.

O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

Em outubro de 2023 o Banco Central do Brasil se manifestou contrário à apropriação mensal da renda relativa ao deságio pelo fato de não haver regulamentação específica emanada do Conselho Monetário Nacional, ou do Banco Central do Brasil, para ativos dessa natureza, portanto, devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor justo. Determinou, ainda, que o deságio apropriado nos exercícios de 2022 e 2023 sejam estornados, linearmente, até o final do exercício de 2025. Em 31 de dezembro de 2023 o montante a ser estornado nesse prazo é de R\$ 46.489.

(h) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 13.

Imobilizado de uso: Correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo, ajustado por redução ao valor recuperável, quando

aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obterá com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda. Abaixo demonstramos a vida útil do imobilizado de uso:

Item	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2, 4 e 6 anos
Equipamentos de processamento de dados	6 anos
Equipamentos de comunicação e de segurança	6 e 10 anos
Veículos	3 anos
Mobiliário	10 anos

Intangível: Correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por softwares adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada. Abaixo demonstramos a vida útil dos ativos intangíveis:

Item	Vida útil
Sistemas de processamento de dados adquiridos	Entre 2 e 10 anos
Sistemas de processamento de dados gerados internamente	Entre 4 e 10 anos

(j) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado. Semestralmente é feita uma avaliação para verificar a existência de *impairment*.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base pro rata, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada pela alíquota de 20% até agosto de 2022 e de setembro a dezembro de 2022 alterada para a alíquota de 21% conforme determinação da Lei 14.446/2022.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é registrado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são registrados da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos Contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- **Obrigações legais – fiscais:** são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(n) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

(o) Resultados recorrentes e não recorrentes

Define-se como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota 34(d).

(p) Informações da dependência no exterior

A dependência do Banco em *Cayman Island* é licenciada pela lei de bancos e companhias fiduciárias, devidamente registrada. A dependência está devidamente autorizada a executar negócios bancários e atua, substancialmente, na captação de depósitos à vista por remessas de clientes brasileiros que, por sua vez, podem utilizar seus depósitos por meio de cartão de débito internacional.

A posição financeira resumida da dependência no exterior, convertida à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluída nas demonstrações financeiras é demonstrada abaixo (sem eliminação das transações com ligadas):

	R\$		US\$	
	2023	2022	2023	2022
Ativo	179.035	191.130	36.981	36.631
Caixa e equivalentes de caixa - Disponibilidades	31.255	16.757	6.456	3.212
Instrumentos financeiros	147.780	174.373	30.525	33.419
Carteira de crédito	147.053	173.373	30.375	33.228
Outros ativos financeiros	727	1.000	150	191
Passivo	179.035	191.130	36.981	36.631
Passivos financeiros	171.857	189.111	35.498	36.244
Depósitos à vista	163.924	181.618	33.860	34.808
Relações interdependências	1.483	2.838	306	544
Outros passivos financeiros	6.450	4.655	1.332	892
Patrimônio líquido	7.178	2.019	1.483	387
Resultado líquido dos exercícios	5.026	1.638	666	315

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Disponibilidade em moeda estrangeira	75.909	84.044
Reservas livres no Banco Central do Brasil	7.000	117.445
Disponibilidade em moeda nacional	19	4.733
Total de disponibilidades	82.928	206.222
Depósitos voluntários no Banco Central	550.120	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	69.445	440.073
Total	702.493	646.295

5 Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2023	2022
CDI do Bancoob	125.480	
CDI do Banco ABC Brasil	40.495	37.352
CDI do Banrisul	36.313	
CDI do Banco Safra		27.509
CDI do Banco Itaú Unibanco		18.371
Aplicações em moedas estrangeiras	1.795	
Total	204.083	83.232
Circulante	204.083	45.880
Não circulante		37.352

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**(a) Títulos e valores mobiliários**

	2023	2022
Livres	2.010.407	1.327.680
Letras Financeiras do Tesouro	1.176.762	834.899
Notas do Tesouro Nacional	354.219	264.704
Cotas de fundos de investimentos	262.386	164.383
Notas comerciais	158.725	18.394
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	24.175	32.248
Cédula de produtor rural - CPR	20.295	
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040
Debêntures	4.805	4.012
Vinculado a operações compromissadas	59.390	57.778
Notas do Tesouro Nacional		35.272
Letras Financeiras do Tesouro	59.390	22.506
Vinculado a prestação de garantias	290.294	412.606
Letras Financeiras do Tesouro	290.294	412.606
Provisão para perdas de títulos	(11.384)	(9.224)
Total	2.348.707	1.788.840
Circulante	1.170.093	680.260
Não circulante	1.178.614	1.108.580

A seguir demonstramos a classificação dos títulos e valores mobiliários:

	2023							
	Custo	Ajustes a mercado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	938.570	281	938.851	262.386		285.392	391.073	
Letras Financeiras do Tesouro	676.184	281	676.465			285.392	391.073	
Cotas de fundos de investimentos	262.386		262.386	262.386				
Ações de companhias fechadas	9.040		9.040	9.040				
Provisão para perdas de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Títulos disponíveis para venda	1.217.625	(13.425)	1.204.200			127.746	849.981	226.473
Letras Financeiras do Tesouro	849.408	573	849.981				849.981	
Notas do Tesouro Nacional	368.217	(13.998)	354.219			127.746		226.473
Títulos mantidos até o vencimento	205.656		205.656		18.417	85.079	94.428	7.732
Notas comerciais	158.725		158.725		16.221	55.796	78.937	7.771
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	24.175		24.175		2.233	13.211	8.731	
Cédula de produtor rural - CPR	20.295		20.295		100	17.672	2.523	
Debêntures	4.805		4.805				4.805	
Provisão para perdas de títulos	(2.344)		(2.344)		(137)	(1.600)	(568)	(39)
Total	2.361.851	(13.144)	2.348.707	262.386	18.417	498.217	1.335.482	234.205

	2022							
	Custo	Ajustes a mercado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	670.621	(320)	670.301	164.383	11.894	186.926	302.759	4.339
Cotas de fundos de investimentos	164.383		164.383	164.383				
Ações de companhias fechadas	9.040		9.040	9.040				
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	33.142	(894)	32.248		8.082		19.827	4.339
Letras Financeiras do Tesouro	473.096	574	473.670		3.812	186.926	282.932	
Provisão para perdas de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Títulos disponíveis para venda	1.132.793	(36.476)	1.096.317				887.307	209.010
Notas do Tesouro Nacional	336.925	(36.950)	299.975				90.965	209.010
Letras Financeiras do Tesouro	795.868	474	796.342				796.342	
Títulos mantidos até o vencimento	22.222		22.222		2.534	7.425	8.251	4.012
Notas comerciais	18.394		18.394		2.560	7.500	8.334	
Debêntures	4.012		4.012					4.012
Provisão para perdas de títulos	(184)		(184)		(26)	(75)	(83)	
Total	1.825.636	(36.796)	1.788.840	164.383	14.428	194.351	1.198.317	217.361

As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de provisão para perda para a aplicação em ações de companhias fechadas é de R\$ 9.040 (R\$ 9.040 em 2022), para as notas comerciais é de R\$ 1.127 (R\$ 184 em 2022) e para cédula de produtor rural é de R\$ 1.217 (R\$ 0 em 2022).

Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Os títulos classificados como mantidos para negociação são apresentados no circulante, independentemente do vencimento.

Em 30 de junho de 2023 os certificados de recebíveis imobiliários foram reclassificados da categoria “títulos para negociação” para a categoria “títulos mantidos até o vencimento”, uma vez que a administração decidiu pela manutenção deles até o vencimento. Não houve efeito no resultado.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de Swap, futuros e à termo de modo a mitigar a exposição de moedas estrangeiras e um prêmio de opção de ações a exercer a partir de dezembro de 2026.

Abaixo demonstramos a posição dos instrumentos financeiros derivativos com valores marcados a mercado:

	2023			2022		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Opções de compra de ações	3.000		3.000	1.500		1.500
Compras a termo de moeda				49	(48)	1
Vendas a termo de moeda	116		116	32	(108)	(76)
Swap	15		15			
Total a receber (a pagar)	3.131		3.131	1.581	(156)	1.425
Circulante	131			81	(156)	
Não circulante	3.000			1.500		

A seguir demonstramos o resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	2023	2022
Operações com derivativos à futuros	(21.465)	(6.482)
Operações com derivativos à termo	(2.994)	(2.803)
Operações com opções de ativos financeiros e mercadorias	(105)	
Swap	15	
Total	(24.549)	(9.285)

7 Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

	2023	2022
Depósitos de moeda eletrônica	15.000	25.000
Conta de pagamento instantâneo	109.267	116.367
Reservas compulsórias em espécie no Banco Central	19.604	15.230
Total - Circulante	143.871	156.597

8 Transações de pagamento

As transações de pagamento correspondem a créditos antecipados a credenciadores de cartões (substancialmente) e aos estabelecimentos comerciais. A seguir demonstramos a composição por vencimento:

	2023	2022
A vencer até 30 dias	148.935	209.923
A vencer de 31 a 60 dias	221.509	132.029
A vencer de 61 a 90 dias	99.351	57.943
A vencer de 91 a 180 dias	230.359	56.201
A vencer de 181 a 360 dias	98.820	10.067
Total - Circulante	798.974	466.163

9 Carteira de crédito
(a) Classificação por produto

	2023	2022
Operações de crédito	1.217.159	1.064.366
Capital de giro	1.018.907	816.021
Financiamento à exportação	95.354	36.359
Conta garantida	30.193	44.304
CDC - Pessoas jurídicas	22.321	37.241
Desconto de títulos	17.613	65.187
Financiamentos Imobiliários	13.129	6.276
Financiamento em moeda estrangeira	11.751	17.620
Adiantamentos a depositantes	268	29.682
Outros	7.623	11.676
Outros créditos com características de concessão de crédito	510.469	332.391
Precatórios	408.981	289.206
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	53.732	30.368
Risco sacado	39.447	12.452
Devedores por compra de valores e bens	8.280	
Outros	29	365
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(80.119)	(44.026)
Operações de crédito	(78.950)	(43.087)
Outros créditos com características de concessão de crédito	(1.169)	(939)
Total	1.647.509	1.352.731
Circulante	1.019.648	813.608
Não circulante	627.861	539.123

(b) Classificação por prazo

	2023	2022
Total de parcelas a vencer	1.699.779	1.350.866
A vencer com prazo indeterminado	408.981	289.206
A vencer até 90 dias	248.388	308.874
A vencer de 91 a 180 dias	282.595	116.534
A vencer de 181 a 360 dias	293.314	184.805
A vencer acima de 360 dias	466.501	451.447
Total de parcelas vencidas	27.849	45.891
Vencidas até 90 dias	8.612	39.008
Vencidas de 91 a 180 dias	8.957	1.489
Vencidas de 181 a 360 dias	10.280	5.314
Vencidas acima de 360 dias		80
Total	1.727.628	1.396.757

(c) Classificação por setor de atividade

	2023	2022
Serviços	1.272.805	976.862
Administração pública	408.981	286.830
Indústria	22.983	1.080
Comércio	16.612	16.540
Pessoas físicas	6.247	115.445
Total	1.727.628	1.396.757

(d) Classificação por níveis de risco

Nível	%	2023		2022	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA		251.368		150.934	
A	0,5	696.749	3.484	706.218	3.511
B	1	602.426	6.024	395.385	3.954
C	3	77.120	2.314	92.433	2.773
D	10	3.654	365	2.282	228
E	30	4.395	1.318	2.272	682
F	50	49.477	24.738	10.836	5.418
G	70	1.877	1.314	29.790	20.853
H	100	40.562	40.562	6.607	6.607
Total		1.727.628	80.119	1.396.757	44.026

(e) Classificação por níveis de risco e produto

Nível				2023
	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total
AA	9.766	225.397	16.205	251.368
A	394.740	183.584	118.425	696.749
B	455.608		146.818	602.426
C	64.501		12.619	77.120
D	3.605		49	3.654
E	4.295		100	4.395
F	46.089		3.388	49.477
G	1.557		320	1.877
H	38.746		1.816	40.562
Total	1.018.907	408.981	299.740	1.727.628

Nível				2022
	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total
AA	15.531	127.155	8.248	150.934
A	408.797	162.051	135.370	706.218
B	302.618		92.767	395.385
C	81.244		11.189	92.433
D	1.642		640	2.282
E	2.153		119	2.272
F	2.726		8.110	10.836
G			29.790	29.790
H	1.310		5.297	6.607
Total	816.021	289.206	291.530	1.396.757

(f) Concentração da carteira

	2023		2022	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	628.990	36,41	539.333	38,61
20 maiores devedores	315.863	18,28	304.933	21,83
50 maiores devedores	311.999	18,06	245.480	17,57
100 maiores devedores	259.580	15,03	175.338	12,55
Outros	211.196	12,22	131.673	9,44
Total	1.727.628	100,00	1.396.757	100,00

(g) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	2º Semestre 2023	2023	2022
Saldo no início do exercício	81.020	44.026	15.394
Constituição/reversão de provisão	39.631	82.177	38.647
Baixas de créditos para prejuízo	(40.532)	(46.084)	(10.015)
Saldo no fim do exercício	80.119	80.119	44.026
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	1.542	2.696	3.658

No exercício de 2023 foram renegociadas um montante de R\$ 218.153 (R\$ 246.930 em 2022) de operações de crédito da carteira empresarial, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 totaliza em R\$ 159.350 (R\$ 193.769 em 2022).

10 Outros ativos financeiros

	2023	2022
Operações de câmbio (i)	752.585	189.676
Valores a receber decorrentes de precatórios da própria instituição	43.733	7.515
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 32)	2.821	816
Rendas a receber	2.269	3.824
Negociação e intermediação de valores	649	965
Diversos	2.007	2.259
Total	804.064	205.055
Circulante	757.182	192.833
Não circulante	46.882	12.222

(i) O saldo de operações de câmbio do ativo é composto conforme abaixo:

	2023	2022
Câmbio comprado a liquidar	603.510	179.693
Direitos sobre vendas de câmbio	469.576	19.444
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(320.501)	(9.461)
Total - Circulante	752.585	189.676

11 Outros ativos

	2023	2022
Despesas antecipadas	13.898	13.586
Deságio na colocação de títulos	10.312	10.487
Devedores por depósitos em garantia (nota 17(i))	9.986	8.104
Adiantamentos para meios de pagamentos (i)	11.306	7.977
Diversos	5.130	3.874
Total	50.632	44.028
Circulante	29.047	23.389
Não circulante	21.585	20.639

(i) Refere-se a valor adiantado ao parceiro especializado em serviços de meios de pagamentos, para acolhimento de pagamentos demandados pelos clientes do Banco diariamente.

12 Ativos fiscais correntes e diferidos

(a) Ativos fiscais correntes

Ativos fiscais correntes refere-se a impostos e contribuições a compensar conforme abaixo:

	2023	2022
IRPJ a compensar	53.216	65.251
CSLL a compensar	6.376	4.825
Outros impostos e contribuições a compensar	19	979
Total - Circulante	59.611	71.055

(b) Ativos fiscais diferidos

O Banco adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas desde que haja perspectiva de recuperação. Os saldos dos créditos tributários apresentam-se como segue:

	2023	2022
Provisão para perdas em ativos	45.149	25.646
Provisões passivas	32.853	19.851
Ajustes ao valor de mercado	6.038	16.559
Outras diferenças temporárias	12.848	5.541
Total de diferenças temporárias	96.888	67.597
Prejuízo fiscal - Imposto de Renda	40.264	47.644
Base negativa - Contribuição Social	33.610	39.152
Total - Não circulante	170.762	154.393

A seguir demonstramos a movimentação dos créditos tributários:

	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	44.641	91.023	135.664
Constituição	52.192		52.192
Utilização	(29.236)	(4.227)	(33.463)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	67.597	86.796	154.393
Constituição	80.452		80.452
Utilização	(51.161)	(12.922)	(64.083)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	96.888	73.874	170.762

Os créditos tributários estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais.

Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções aprovadas pela administração e elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

	Valor contábil	Valor presente
2024	70.044	62.590
2025	46.519	37.144
2026	49.893	35.599
2027	2.418	1.541
2028	1.888	1.076
Total	170.762	137.950

13 Investimentos em participações em coligadas e controladas

	2023	2022
Participações em coligadas e controladas (a)	280.057	261.502
Ágio na aquisição de participação societária (b)	3.060	
Total	283.117	261.502

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento em 2022	Resultado da equivalência patrimonial no exercício	Dividendos e JCP	Aumento de capital	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de participações	Valor do investimento em 2023
BS Tecnologia	110.889.000	99,90	128.120	12.524	115.481	12.511					127.992
Adiq Instituição de Pagamento	17.922.125	44,27	263.108	68.629	82.918	29.201	(7.527)			11.896	116.488
IPG Holding Financeira	21.308.845	52,50	55.099	(95)	29.143	(216)					28.927
DT Participações	9.156.503	99,80	2.786	(341)	3.120	(339)					2.781
BS2 Asset Management	599.982	100,00	1.755	1.437	1.545	1.438			(1.228)		1.755
BLU Participações	4.030.625	99,56	1.761	(307)	1.048	(203)		667	(334)	575	1.753
Butiá Participações	209.103	29,03	1.244	667	468	233	(326)		26	(40)	361
BLU Instituição de Pagamento			1.557	(369)	185	(64)				(121)	
BS2P Participações	37.480	99,95									
BS2 DTVM					27.594					(27.594)	
Total					261.502	42.561	(7.853)	667	(1.536)	(15.284)	280.057

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento em 2021	Resultado da equivalência patrimonial no exercício	Dividendos e JCP	Aumento de capital	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de participações	Valor do investimento em 2022
BS Tecnologia	70.929.000	99,90	115.596	7.328	71.596	7.321	(3.397)	39.961			115.481
Adiq Instituição de Pagamento	12.550.726	39,21	211.479	74.601	61.233	29.250	(7.565)				82.918
IPG Holding Financeira	22.277.908	52,50	55.509	187		46			8.132	20.965	29.143
BS2 DTVM	78.710.781	89,79	30.732	(654)	28.182	(588)					27.594
DT Participações	9.156.503	99,80	3.127	(74)	2.953	(73)				240	3.120
BS2 Asset Management	599.970	100,00	1.545	1.458		1.458			(724)	811	1.545
BLU Participações	1.793.922	74,99	1.397	(958)		(712)			(1)	1.761	1.048
Butiá Participações	200.100	29,59	1.582	726		217	(179)			430	468
BLU Instituição de Pagamento	368.750	13,27	1.395	(1.105)		(147)				332	185
BS2P Participações	980	99,95		(3)		(36)		36			
BS2 Seguros			55.509	485	21.980	298				(22.278)	
Total					185.944	37.034	(11.141)	39.997	7.407	2.261	261.502

BS Tecnologia Ltda. (“BS Tecnologia”): Em agosto de 2022 foi realizada a alteração contratual deliberando o aumento de capital social da empresa BS2 Tecnologia Ltda. para R\$ 111.000 após o aporte de R\$ 40.000, representado pela emissão de 40.000.000 quotas de capital, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente e a empresa teve sua denominação social alterada para BS Tecnologia Ltda..

Adiq Instituição de Pagamento S.A. (“Adiq Instituição de Pagamento”): Em maio de 2023 o Banco adquiriu, de terceiros, 2.050.491 ações ordinárias nominativas equivalentes a 5,06% do capital social da Adiq Instituição de Pagamento, por R\$ 11.896 e mais um ágio de R\$ 22.613 conforme nota 13(b).

IPG Holding Financeira S.A. (“IPG”): Em abril de 2022, o Banco passou a deter 99,80% do capital social da IPG através da capitalização com a utilização das ações da BS2 Seguros S.A.. Em junho de 2022, a IPG teve seu capital social aumentado de R\$ 22.324 para R\$ 40.588 mediante a emissão de 18.264.724 novas ações ordinárias com o aporte de novo acionista externo, com pagamento de ágio, desta forma o Banco teve sua participação reduzida para 54,89%. Em julho de 2022, o Banco adquiriu 45.644 ações ordinárias e alienou 1.014.707 ações ordinárias da IPG alterando a participação do Banco para 52,50%.

DT Participações S.A. (“DT Participações”): Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de terceiros, 693.483 ações ordinárias nominativas equivalentes a 7,56% do capital social da DT Participações.

BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (“BS2 Asset Management”): Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de sua controlada BS2 DTVM, 599.988 quotas de capital equivalentes a 99,997% do capital social da BS2 Asset Management.

BLU Participações S.A. (“BLU Participações”): Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de sua controlada BS2 DTVM, 1.810.422 ações ordinárias nominativas equivalentes a 74,99% do capital social da BLU Participações. Em julho de 2023 o Banco adquiriu de terceiros 593.250 ações ordinárias nominativas alterando sua participação para 99,56%. Também em julho de 2023 foi deliberado o aumento do capital social para R\$ 3.084 após aporte de R\$ 670, representado pela emissão de 1.634.147 novas ações ordinárias.

Butiá Participações S.A. (“Butiá Participações”): Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de sua controlada BS2 DTVM, 160.080 ações ordinárias nominativas equivalentes a 24% do capital social e adquiriu da sua controlada BS2 Asset Management 40.020 ações ordinárias nominativas equivalentes a 6% do capital social da Butiá Participações passando a deter 30% do capital social.

BLU Instituição de Pagamento e Tecnologia S.A. (“BLU Instituição de Pagamento”): Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de sua controlada BS2 DTVM, 368.750 ações ordinárias nominativas equivalentes a 13,27% do capital social da BLU Instituição de Pagamentos. Em julho de 2023 o Banco cedeu suas ações da BLU Instituição de Pagamento por R\$ 121 deixando assim de participar.

BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“BS2 DTVM”): Em 29 de dezembro de 2022 o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle societário da BS2 DTVM para a Galápagos Holding Financeira Ltda. conforme contrato de compra e venda de 30 de março de 2022 que foi consolidada em 31 de março de 2023, desta forma o BS2 deixou de participar na BS2 DTVM.

BS2 Seguros S.A. (“BS2 Seguros”): Em abril de 2022, as ações da BS2 Seguros foram utilizadas para integralização de capital na IPG, que passou a deter 100% do capital social da BS2 Seguros. Em junho de 2022, a Previmax teve sua denominação social alterada para BS2 Seguros S.A. e seu capital social aumentado de R\$ 15.000 para R\$ 48.000 integralizado em moeda corrente pela IPG.

(b) Ágio na aquisição de participação societária

Ágio na aquisição de participação societária	2023
O ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	19.167
Diferença entre o valor justo e o valor contábil	2.152
Principal	3.912
Tributos	(1.760)
Ativos e passivos não registrados na investida	1.294
Principal	2.353
Tributos	(1.059)
Total	22.613
<i>Goodwill</i> transferido para patrimônio líquido	(19.167)
Amortização acumulada diferença entre o valor justo e o valor contábil	(287)
Principal	(521)
Tributos	234
Amortização acumulada ativos e passivos não registrados na investida	(99)
Principal	(180)
Tributos	81
Saldo final	3.060

14 Ativos tangíveis e intangível
(a) Ativos tangíveis

	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.886	12.529	8.273	37.688
Adição	146	547	387	1.080
Baixas	(21)	(23)	(1.260)	(1.304)
Transferências		(92)	92	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.011	12.961	7.492	37.464
Adição	12	274	405	691
Baixas		(4)	(737)	(741)
Transferências		(40)	40	
Redução no valor recuperável			(39)	(39)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.023	13.191	7.161	37.375
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(8.337)	(4.033)	(2.804)	(15.174)
Despesa de depreciação	(2.566)	(2.281)	(328)	(5.175)
Baixas	12		594	606
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(10.891)	(6.314)	(2.538)	(19.743)
Despesa de depreciação	(2.864)	(2.650)	(413)	(5.927)
Baixas	1		133	134
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(13.754)	(8.964)	(2.818)	(25.536)
Total líquido em 31 de dezembro de 2023	3.269	4.227	4.343	11.839

(b) Ativos intangível

	Sistemas adquiridos	Sistemas gerados internamente	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.720	18.680	47.400
Adição		23.356	23.356
Baixas		(20.336)	(20.336)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.720	21.700	50.420
Adição		21.946	21.946
Baixas		(32.799)	(32.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.720	10.847	39.567
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(19.980)	(11.245)	(31.225)
Despesa de amortização	(2.183)	(3.526)	(5.709)
Baixas		2.585	2.585
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(22.163)	(12.186)	(34.349)
Despesa de amortização	(1.695)	(2.257)	(3.952)
Baixas		2.189	2.189
Transferências	(1.414)	1.414	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(25.272)	(10.840)	(36.112)
Total líquido em 31 de dezembro de 2023	3.448	7	3.455

15 Depósitos, captações no mercado aberto e recursos de mercados interbancários

	2023					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	800.297	462.961	1.371.810	1.827.223	751	4.463.042
Depósitos à vista	788.863					788.863
Outros depósitos	11.434					11.434
Depósitos interfinanceiros		111.497	167.941			279.438
Depósitos a prazo		351.464	1.203.869	1.827.223	751	3.383.307
Captações no mercado aberto	59.371					59.371
Letras Financeiras do Tesouro	59.371					59.371
Recursos de mercados interbancários		93.527	224.328	38.901		356.756
Letras de crédito imobiliário		69.635	204.533	18.484		292.652
Letras de crédito do agronegócio		23.892	19.795			43.687
Letras financeiras				20.417		20.417
Total	859.668	556.488	1.596.138	1.866.124	751	4.879.169

	2022					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	1.404.244	425.131	467.301	976.172	328.310	3.601.158
Depósitos à vista	1.381.641					1.381.641
Outros depósitos	22.603					22.603
Depósitos interfinanceiros		5.156	3.212			8.368
Depósitos a prazo		419.975	464.089	976.172	328.310	2.188.546
Captações no mercado aberto	57.505					57.505
Letras Financeiras do Tesouro	22.497					22.497
Notas do Tesouro Nacional	35.008					35.008
Recursos de mercados interbancários		71.981	56.037	112.708		240.726
Letras de crédito imobiliário		71.981	56.037	112.708		240.726
Total	1.461.749	497.112	523.338	1.088.880	328.310	3.899.389

16 Letras financeiras subordinadas

Taxa anual	Emissão	Vencimento	2023	2022
100% IPCA + 4,68%	2019	2024	472	432
100% IPCA + 4,83%	2019	2024	479	436
100% IPCA + 4,93%	2019	2024	476	434
100% IPCA + 4,98%	2019	2024	4.504	4.103
100% IPCA + 5,02%	2019	2024	1.436	1.307
100% IPCA + 5,47%	2019	2024	2.090	1.897
100% IPCA + 6,17%	2019	2024	636	572
100% IPCA + 6,22%	2019	2024	1.025	924
100% IPCA + 6,37%	2019	2024	689	620
100% IPCA + 6,42%	2019	2024	608	545
100% IPCA + 6,47%	2019	2024	1.568	1.407
100% IPCA + 6,77%	2019	2024	1.061	949
100% IPCA + 6,87%	2019	2024	1.063	950
130% CDI	2019	2024	19.050	16.242
135% CDI	2019	2024	36.075	30.569
130% CDI	2020	2025	745	635
PRÉ 9,88%	2020	2026	562	511
100% IPCA + 2,99%	2021	2027	429	398
100% IPCA + 5,98%	2021	2027	810	730
100% IPCA + 6,17%	2021	2027	6.798	6.112
100% IPCA + 6,18%	2021	2027	680	611
100% IPCA + 6,23%	2021	2027	406	366
100% IPCA + 6,27%	2021	2027	406	366
100% IPCA + 6,28%	2021	2027	1.092	981
100% IPCA + 6,38%	2021	2027	819	735
100% IPCA + 6,47%	2021	2027	1.224	1.099
100% IPCA + 6,48%	2021	2027	820	735
100% IPCA + 6,58%	2021	2027	826	740
100% IPCA + 6,68%	2021	2027	9.783	8.765
100% IPCA + 5,77%	2022	2028	71.922	65.074
140% CDI	2022	2028	68.157	57.402
PRÉ 10,86%	2022	2028	15.520	13.997
Total			252.231	220.644
Circulante			71.232	
Não circulante			180.999	220.644

17 Outros passivos financeiros

	2023	2022
Operações de câmbio (i)	1.069.067	198.952
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 32)	801	2.854
Negociação e intermediação de valores	88	124
Total - Circulante	1.069.956	201.930

(i) O saldo de operações de câmbio do passivo é composto conforme abaixo:

	2023	2022
Obrigações por compras de câmbio	605.337	179.834
Câmbio vendido a liquidar	463.730	19.118
Total - Circulante	1.069.067	198.952

18 Provisões

	2023	2022
Provisões para contingências (i)	31.816	22.008
Provisão para garantias financeiras prestadas (ii)	521	656
Total	32.337	22.664
Circulante	453	506
Não circulante	31.884	22.158

(i) “Provisões para contingências” e “Devedores por depósitos em garantia” são demonstrados conforme abaixo:

	2023	2022
Depósitos judiciais	9.986	8.104
Contingências cíveis	3.160	3.222
Contingências tributárias	5.486	1.829
Contingências trabalhistas e previdenciárias	870	674
Diversos	470	2.379
Provisões para contingências	31.816	22.008
Contingências cíveis	29.541	20.443
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.882	1.255
Diversos	393	310

A Administração do Banco revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente, sendo que em 31 de dezembro de 2023 totalizavam R\$ 1.261 (R\$ 1.563 em 2022).

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado dos processos ativos avaliados como perda provável. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro o valor do risco calculado

individualmente, de acordo com a liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da condenação dada em decisão de mérito, aplicando-se, ainda, redução de 20% sobre o valor apurado levando em consideração o histórico de redução dessas perdas decorrentes de acordos realizados nos processos. O valor de liquidação é verificado temporalmente. As contingências cíveis avaliadas como risco possível, para as quais não são reconhecidas contabilmente, totalizavam R\$ 7.526 (R\$ 7.118 em 2022).

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Diversos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.584	14.558	264	20.406
Constituição (reversão) líquida	(3.058)	24.857	46	21.845
Baixas por pagamento	(1.271)	(18.972)		(20.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.255	20.443	310	22.008
Constituição (reversão) líquida	962	19.281	83	20.326
Baixas por pagamento	(335)	(10.183)		(10.518)
Saldo em 30 de junho de 2023	1.882	29.541	393	31.816

(ii) "Provisão para garantias financeiras prestadas" refere-se a provisão de fiança bancária que monta em R\$ 75.978 (R\$ 71.286 em 2022).

19 Outros passivos

	2023	2022
Provisão de despesas com pessoal	65.153	34.664
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	22.417	20.808
Incentivo de bandeiras de cartões a apropriar	10.407	13.380
Valores recebidos para fechamento de contrato de câmbio	10.195	5.463
Valores a repassar a bandeiras de cartão	4.415	7.121
Prestações recebidas a baixar	1.483	1.373
Diversos	6.990	9.188
Total	121.060	91.997
Circulante	98.311	74.165
Não circulante	22.749	17.832

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 617.155 (R\$ 617.155 em 2022) está representado como segue:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total em circulação
Em 31 de dezembro de 2022	77.427.557	34.948.198	112.375.755
Em 31 de dezembro de 2023	77.427.557	34.948.198	112.375.755

(b) Reservas de lucros

Legal: Será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: Será constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Em maio de 2022 foi realizada Assembleia Geral Ordinária onde foi decidido pela retenção para reserva de lucros, passível de distribuição futura, o montante de R\$ 3.997 que correspondiam aos dividendos obrigatórios do exercício de 2021, destinação esta deliberada por todos os acionistas presentes.

Em dezembro de 2022, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 25.000 referente ao exercício de 2022, deliberado em ata da reunião do conselho de administração realizada em 15/12/2022.

Em dezembro de 2023, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 30.000 referente ao exercício de 2023, deliberado em ata da reunião do conselho de administração realizada em 22/12/2023.

(d) Opções de compra de ações

Em 2022, em concordância com o plano de incentivo de longo prazo definido pelo Banco BS2 S.A., foi criado o programa de opções de compra de ações da companhia, as quais poderão ser liquidadas em instrumentos de patrimônio (ações).

São elegíveis ao programa os administradores e executivos do Banco e/ou das demais sociedades do grupo econômico da companhia (i.e., pessoas físicas que possuam vínculo de emprego, de prestação de serviços e/ou ocupem cargos da administração da companhia e/ou de qualquer sociedade do mesmo grupo econômico, estatutários ou não), a critério do conselho de administração ("elegíveis").

O programa é composto por 3 lotes que passam a ser exercíveis a partir de 4 anos da data de aquisição das opções pelo participante. O exercício das opções está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez, sendo ele uma alienação ou uma oferta pública inicial (IPO). O prazo máximo do programa (data de vencimento) é até dezembro de 2027.

Foram outorgadas 16.650.000 opções neste programa, onde cada lote possui 1/3 dessa quantidade total. Em 31/12/2023, foram prescritas 650.000 opções e ficaram 16.000.000 opções em aberto.

(e) Resultado por ação básico e diluído

O resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco é dividido pelo número médio de ações emitidas no período.

	2º Semestre 2023	2023	2022
Resultado líquido do semestre/exercícios	62.201	85.083	52.832
Quantidade média ponderada de ações:			
Ordinárias emitidas	77.427.557	77.427.557	78.841.256
Preferenciais emitidas	34.948.198	34.948.198	33.534.499
Resultado básico e diluído por ação:			
Ordinária (em Reais)	0,55	0,76	0,47
Preferencial (em Reais)	0,55	0,76	0,47
Resultado líquido atribuído - básico e diluído:			
Ações Ordinárias	42.585	58.845	37.055
Ações Preferenciais	19.222	26.561	15.761

21 Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento

	2º Semestre 2023	2023	2022
Capital de giro	92.258	182.725	103.786
Antecipação de transações de pagamento	58.604	105.679	156.711
Precatórios	63.723	93.153	70.724
Financiamento à exportação	7.506	11.650	1.742
Risco sacado	3.875	6.019	1.162
Conta garantida	2.992	9.772	5.823
Desconto de títulos	2.438	6.763	15.175
CDC - Pessoas jurídicas	2.831	6.457	7.559
Diversos	2.488	4.425	8.050
Total	236.715	426.643	370.732

22 Resultado com aplicações interfinanceiras

	2º Semestre 2023	2023	2022
Rendas de aplicações em operações compromissadas	2.393	19.325	66.118
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	11.824	17.761	7.444
Rendas de aplicações em depósitos voluntários no BACEN	10.623	10.623	
Rendas de aplicações no exterior	223	(559)	
Total	25.063	47.150	73.562

23 Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2023	2023	2022
Resultado de títulos de renda fixa	120.084	230.511	168.969
Resultado de aplicações em fundos de investimento	25.437	38.423	13.884
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	(208)	417	(1.222)
Resultado de títulos de renda variável	365	461	
Total	145.678	269.812	181.631

24 Despesas com operações de captação no mercado

	2º Semestre 2023	2023	2022
Despesas com depósitos a prazo	(164.369)	(299.458)	(297.699)
Despesas com captações no mercado aberto	(11.986)	(34.495)	(22.186)
Despesas com letras financeiras subordinadas	(14.741)	(31.693)	(27.856)
Despesas com recursos de aceites e emissão de títulos	(16.304)	(30.160)	(20.141)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(15.997)	(19.279)	(10.492)
Demais despesas de captação	(2.492)	(4.560)	(5.342)
Total	(225.889)	(419.645)	(383.716)

25 Receitas de prestação de serviços e Rendas de tarifas bancárias

	2º Semestre 2023	2023	2022
Receitas de prestação de serviços	6.077	12.485	16.874
Rendas de transferências de fundos	2.004	4.089	2.824
Rendas de garantias prestadas	1.485	2.509	1.923
Rendas de serviços prestados a ligadas (Nota 32(a))	450	1.712	4.161
Rendas de outros serviços	2.138	4.175	7.966
Rendas de tarifas bancárias	53.789	119.373	89.648
Rendas de tarifas de conta corrente (i)	47.283	107.722	82.505
Rendas de tarifas de operações de crédito	3.617	6.003	4.548
Outras rendas de tarifas bancárias	2.889	5.648	2.595
Total	59.866	131.858	106.522

(i) "Rendas de tarifas de conta corrente" refere-se substancialmente a serviços prestados aos participantes indiretos do sistema de pagamento instantâneo do Banco Central (SPI).

26 Despesa de pessoal

	2º Semestre 2023	2023	2022
Proventos	(33.833)	(64.041)	(47.403)
Honorários	(25.889)	(38.695)	(25.826)
Encargos sociais	(13.265)	(24.206)	(17.004)
Benefícios	(7.504)	(13.299)	(10.706)
Treinamento	(1.435)	(2.162)	(591)
Estagiários	(271)	(554)	(549)
Total	(82.197)	(142.957)	(102.079)

27 Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2023	2023	2022
Prestação de serviços	(75.565)	(126.246)	(97.091)
Processamento de dados	(36.943)	(78.663)	(102.286)
Instalações e materiais	(7.239)	(14.392)	(13.647)
Depreciação e amortização	(5.062)	(9.879)	(10.884)
Comunicação	(3.179)	(6.408)	(6.978)
Propaganda e publicidade	(3.325)	(5.399)	(5.508)
Viagens	(2.336)	(4.309)	(3.042)
Diversos	(5.690)	(8.798)	(4.911)
Total	(139.339)	(254.094)	(244.347)

28 Despesas tributárias

	2º Semestre 2023	2023	2022
Cofins	(17.371)	(29.499)	(21.610)
ISSQN	(3.090)	(6.824)	(6.786)
PIS	(2.823)	(4.794)	(3.511)
Demais despesas tributárias	(3.265)	(6.651)	(5.991)
Total	(26.549)	(47.768)	(37.898)

29 Outras receitas e despesas operacionais

	2º Semestre 2023	2023	2022
Variações monetárias e cambiais	6.459	25.476	690
Incentivo bandeiras	1.486	2.973	13.973
Recuperação de provisões operacionais (i)	1.307	2.490	6.691
Diversos	400	546	254
Total de outras receitas operacionais	9.652	31.485	21.608
Provisões operacionais (i)	(11.590)	(14.024)	(8.306)
Serviços associados a transações de pagamento	(6.389)	(11.378)	(11.184)
Perdas com processos cíveis	(6.370)	(10.183)	(18.971)
Variações monetárias e cambiais	(597)	(628)	(259)
Perdas com processos trabalhistas	(197)	(335)	(1.271)
Diversos	(1.327)	(3.287)	(1.621)
Total de outras despesas operacionais	(26.470)	(39.835)	(41.612)

(i) "Recuperação/Despesas de provisões operacionais" referem-se, substancialmente, a provisão de contingências cíveis e trabalhistas, provisão para fianças e bens não de uso.

30 Outras receitas e despesas

	2º Semestre 2023	2023	2022
Rendas com aluguéis	976	2.379	2.261
Ganhos ou perdas de capital líquidos	(761)	1.818	13.615
Resultado na alienação de outros valores e bens	(54)	(54)	213
Resultado na alienação de ativos não financeiros mantidos para a venda		(170)	2.500
Resultado na alienação de participações societárias	26	(3.529)	
Diversos	(550)	(751)	(538)
Total	(363)	(307)	18.051

31 Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre 2023		2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	86.886	86.886	121.776	121.776	60.910	60.910
Adições (exclusões) líquidas:						
Equivalência patrimonial	(22.599)	(22.599)	(42.561)	(42.561)	(37.034)	(37.034)
Participações no resultado	(14.429)	(14.429)	(26.288)	(26.288)	(15.148)	(15.148)
Juros sobre o capital próprio	(30.000)	(30.000)	(30.000)	(30.000)	(25.000)	(25.000)
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(6.858)	(6.858)	(13.801)	(13.801)	(14.685)	(14.685)
Outras, líquidas	20.076	2.266	26.934	4.067	21.379	7.805
Base de cálculo	33.076	15.266	36.060	13.193	(9.578)	(23.152)
Alíquota Efetiva	(4.961)	(3.054)	(5.409)	(2.639)	1.437	4.420
Alíquota Adicional	(3.296)		(3.582)		982	
Incentivo Fiscal	1.055		1.225		231	
Imposto de renda e contribuição social	(7.202)	(3.054)	(7.766)	(2.639)	2.650	4.420

32 Partes relacionadas
(a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

Ativo	2023	2022
Carteira de crédito	3.177	17.157
BS Tecnologia Ltda. (ii)		715
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (ii)		83
Outras partes relacionadas (iv)	3.177	16.359
Outros ativos financeiros	2.821	816
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	1.272	656
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)		52
BS Tecnologia Ltda. (ii)	206	45
BS2 Seguros S.A. (ii)	35	28
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	1.282	23
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	26	12
Passivo	2023	2022
Depósitos à vista	13.598	27.974
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	1.217	6.755
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	34	5.265
Adiqplus Instituição de Pagamento Ltda. (iv)	4.187	5.102
BS2 Seguros S.A. (ii)	2.584	593
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	53	196
DT Participações S.A. (ii)	1	92
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)		54
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (ii)	54	30
BS Tecnologia Ltda. (ii)	58	29
Adiq Tecnologia Ltda.	35	
AD Participações S.A. (iv)	1	10
BLU Participações S.A. (ii)	1	3
Pessoal chave da Administração (iii)	81	119
Outras partes relacionadas (iv)	5.292	9.726
Depósitos a prazo	444.132	369.594
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	129.241	293.345
BS Tecnologia Ltda. (ii)	23.528	30.080
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	28.357	15.385
Adiq Tecnologia Ltda.	11.081	
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	1.888	1.535
DT Participações S.A. (ii)	1.851	19
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (ii)		11
BLU Participações S.A. (ii)	30	9
AD Participações S.A. (iv)	428	4
Pessoal chave da Administração (iii)	2.722	2.621
Outras partes relacionadas (iv)	245.006	26.585
Captações no mercado aberto		57.505
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)		35.008
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)		22.497
Recursos de mercados interbancários	527	480
Pessoal chave da Administração	340	
Outras partes relacionadas	187	480
Outros passivos financeiros	801	2.854
BS Tecnologia Ltda. (ii)	776	2.853
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	25	
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)		1

Resultado	2º Semestre 2023	2023	2022
Resultado da carteira de crédito	8	35	245
BS Tecnologia Ltda. (ii)		9	245
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (ii)	8	26	
Despesas de captação no mercado	(26.765)	(64.892)	(14.136)
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	(23.042)	(57.643)	(12.424)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)			(1.369)
BS Tecnologia Ltda. (ii)	(1.712)	(3.770)	(22)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(1.368)	(2.625)	(220)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	(102)	(201)	(42)
Adiq Tecnologia Ltda.	(471)	(550)	
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (ii)			(59)
DT Participações S.A. (ii)	(67)	(98)	
BLU Participações S.A. (ii)	(1)	(2)	
AD Participações S.A. (iv)	(2)	(3)	
Receitas de prestação de serviços	450	1.712	4.161
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)			4.161
BS2 Seguros S.A. (ii)	450	1.712	
Outras despesas administrativas	(35.307)	(57.116)	(40.341)
BS Tecnologia Ltda. (ii)	(35.268)	(56.987)	(40.045)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)			(245)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	(39)	(129)	(51)

(i) Holding controladora integral do Banco BS2.

(ii) Empresas controladas do Banco BS2 conforme detalhado na nota 12.

(iii) Pessoal chave da administração do Banco BS2 e de sua controladora integral Bonsucesso Holding Financeira S.A..

(iv) Outras partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas.

(b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre 2023	2023	2022
Honorário	(8.079)	(14.469)	(11.675)
Participação nos lucros e resultados	(17.810)	(24.226)	(14.151)
Encargos sociais	(1.749)	(4.482)	(3.656)
Total	(27.638)	(43.177)	(29.482)

O Grupo possui programa de remuneração de longo prazo que contempla opções de compras de ações para pessoal chave da Administração e alguns empregados, conforme divulgado na nota 20 (d).

33 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III)

O Banco Central do Brasil determina que as instituições financeiras mantenham um patrimônio de referência (PR), PR nível I e capital principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do patrimônio de referência exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Considerando os valores apurados em 31 de dezembro de 2023, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao patrimônio de referência exigido) de 14,63% (11,70% em 2022), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido é de 10,5% (índice basileia 8% + ACP 2,5%). Para os índices de nível I e capital principal o indicador ficou em 12,29% (9,22%

em 2022), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora, de 8,5% para o Nível 1 (índice de nível 1 6% + ACP 2,5%) e de 7% para o capital principal (índice de capital principal 4,5% + ACP 2,5%).

A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cujas regras são definidas pelo BACEN, é demonstrado a seguir:

Descrição	2023	2022
(=) Patrimônio de referência – nível I	728.848	609.128
(+) Capital principal	728.848	609.128
(+) Capital social e reservas	731.892	708.180
(+) Reservas de capital, reavaliação e de lucros	169.122	95.853
(-) Deduções do capital – ajustes a valor de mercado de TVM	17.380	20.161
(-) Ajustes prudenciais	154.786	174.744
(+) Patrimônio de referência – nível II	139.152	163.861
(+) Instrumentos elegíveis para compor nível II (a)	139.159	166.495
(-) Deduções do nível II	7	2.634
Patrimônio de referência total	868.000	772.989
Alocação de capital por risco		
Risco de crédito (RWAcpad)	4.083.673	5.154.651
Risco de mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWAcom)	109.016	233.126
Risco operacional (RWAopad)	1.739.573	1.216.427
Ativos ponderados por risco (RWA)	5.932.261	6.604.204
Patrimônio de referência mínimo requerido para RWA	474.581	528.336
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA e para RBAN	474.927	530.428
Margem sobre o patrimônio de referência requerido	393.419	244.653
Margem sobre o patrimônio de referência com RBAN	244.766	77.457
Margem sobre o patrimônio de referência nível I requerido	372.912	212.877
Margem sobre o capital principal requerido	461.896	311.940
Margem adicional de capital	224.605	47.771
Índice de basileia - PR	14,63%	11,70%
Índice do nível I	12,29%	9,22%
Índice do capital principal	12,29%	9,22%
Índice de imobilização	29,06%	28,92%

34 Gerenciamento de risco

Gerenciamento de capital

Entende-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e exigência de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

Gerenciamento de risco

A gestão de riscos do Banco reflete em um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e social, ambiental e climático.

I - Risco de mercado - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Banco, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de

mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pela Administração e monitorados com periodicidade diária, através da geração do DDR.

II - Risco de crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.

III - Risco de liquidez - É o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV – Risco operacional – É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

V – Riscos social, ambiental e climático:

- Risco Social: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;

- Risco Ambiental: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;

- Risco Climático de Transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;

- Risco Climático Físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Gerenciamento de risco operacional e social, ambiental e climático

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.943/21, que altera a resolução nº 4.557/17, e a resolução CMN nº 4.945/21, o Banco adequou suas políticas de gestão dos riscos operacional, social, ambiental e climático, onde estão definidas as responsabilidades, os princípios e diretrizes. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que seus colaboradores em sua totalidade entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais relativos aos riscos operacional, social, ambiental e climático.

Nesse contexto, foram estabelecidos direcionamentos visando o atendimento às novas exigências regulatórias, como a revisão da estrutura de gestão, implementação de novos processos, atualização de metodologias, bem como a adoção de controles, sempre observando o princípio da proporcionalidade e relevância das nossas operações.

O Banco considera a atividade de gestão do risco operacional e dos riscos social, ambiental e climático como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão destes riscos contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Gerenciamento de continuidade de negócios – GCN

O Banco conta com programa de continuidade de negócios para a garantia da sustentabilidade da instituição, visando proteger sua imagem e reputação. Atuam proativamente por meio de suas estruturas de gerenciamento de riscos e sua governança corporativa para continuidade de negócios, oferecendo maior segurança aos seus clientes e acionistas diante de imprevistos, buscando minimizar perdas financeiras e assegurar o nível adequado de estabilidade organizacional nos momentos posteriores a eventuais interrupções e durante a recuperação.

A gestão do programa de continuidade de negócios, é realizada por meio da avaliação de cenários, adoção de medidas corretivas e mitigadoras, testes, treinamentos e revisões periódicas, a fim de garantir que o plano de continuidade de negócios esteja atualizado e operacional.

Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

Em consonância com a resolução CMN 4.557/17, o Banco definiu sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a concentração na carteira de antecipação de recebíveis de cartão de crédito, crédito a pequenas e médias empresas e direitos creditórios, além de operações de câmbio. Essa estrutura é devidamente qualificada e atua com políticas, sistemas, processos e rotinas bem definidos, observando as disposições do Banco Central do Brasil.

O risco de mercado da carteira banking (IRRBB) é calculado com base na metodologia *Economic Value of Equity* (EVE), com base nos cenários descritos pelo Banco Central do Brasil na circular 3.876/2018 e consiste em uma abordagem de valor econômico, onde são avaliados os impactos de precificação dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e em um cenário de choque nas taxas de juros (Δ EVE).

O risco de mercado da carteira *trading* (RWAm pad) é apurado diariamente com base na resolução CMN 4.958/21 onde são avaliadas as parcelas de requerimento de capital do RWAm pad.

No risco de liquidez são acompanhadas diariamente todas as entradas e saídas do caixa com foco na liquidez imediata, monitorada as fontes de recursos, depósitos à vista e a prazo, além do fluxo de caixa mensal com a projeção anual.

Gerenciamento de risco de crédito

Em consonância com a resolução CMN 4.557/17, o Banco implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco, simulações de condições extremas (*Stress Test*) em metodologia própria e do BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

Cultura de Riscos

A gestão efetiva dos riscos se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre a importância de seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Por isso, o BS2 adota um processo contínuo de disseminação de informações sobre a gestão de riscos ao pessoal da organização, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com sua área de atuação. No BS2 as ações de aculturação de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos,

causas e discursos da organização. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão ao encontro do que a empresa prega.

A divulgação do “Relatório de Gerenciamento de Riscos” é realizada no site, na seção Governança Corporativa e “Relatório de Gerenciamento de Riscos” (www.bs2.com/governanca-corporativa), que visa atender a Circular 3.930/2019 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, seus processos e metodologias, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental.

35 Outras informações

(a) Cobertura de seguros

O Banco possui cobertura de seguros para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

(b) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são feitas para as exposições financeiras (*Carteiras Trading e Banking*) da instituição. Entretanto, vale destacar que os impactos das exposições financeiras da Carteira *Banking* não representam prejuízo contábil potencial para o Banco BS2. Isto ocorre pelo fato de que as operações classificadas na Carteira *Banking* (principalmente as indexadas ao fator de risco pré, cupom cambial e índice de preços) tendem a ser mantidas até o seu vencimento.

Tais análises foram preparadas a partir de cenários elaborados considerando as informações de mercado divulgadas à época. Assim, foram utilizados os cenários que afetariam negativamente as posições da instituição.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom cambial, índices de preços e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações das respectivas datas-bases, divulgadas pelo mercado (B3, Anbima, etc.);

Cenário II: Choques de mais e menos 25% com base nas informações de mercado nas respectivas datas-bases, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Choques de mais e menos 50% com base nas informações de mercado nas respectivas datas-bases, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Apresenta-se a seguir os resultados para a carteira completa da instituição.

Carteira total		Exposições			2023
Fatores de risco		Risco de variação em:			
		Cenário I	Cenário II	Cenário III	
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	38	(9.060)	(18.770)	
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(233)	(298)	(592)	
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(144)	(3.590)	(7.180)	
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	23	(1.974)	(4.028)	
Ações	Preço das Ações	58	(1.448)	(2.895)	
Demais	Demais fatores de risco	8	(1.324)	(2.777)	
Total sem correlação		(250)	(17.694)	(36.242)	
Total com correlação		44	(11.335)	(23.448)	

Carteira total		Exposições			2022
Fatores de risco		Risco de variação em:			
		Cenário I	Cenário II	Cenário III	
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	2	(627)	(1.885)	
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(90)	(152)	(302)	
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	183	(4.564)	(9.128)	
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	43	(6.598)	(13.570)	
Ações	Preço das Ações	30	(756)	(1.511)	
Demais	Demais fatores de risco	(135)	(17.098)	(33.577)	
Total sem correlação		33	(29.795)	(59.973)	
Total com correlação		(19)	(23.081)	(46.381)	

A seguir, são apresentadas as análises de sensibilidade realizadas exclusivamente na Carteira *Trading*, que consiste em todas as operações detidas com intenção de negociação. São operações destinadas a revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem. É importante salientar que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois revelam impactos considerando uma posição estática dos ativos e passivos, o que difere da situação real, onde a instituição, de acordo com dinamismo do mercado, busca formas de mitigar os riscos associados a estas posições.

Carteira trading Fatores de risco	Exposições Risco de variação em:	2023		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas		(62)	(119)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(98)	(164)	(325)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	451	(11.282)	(22.564)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços		(13)	(24)
Ações	Preço das Ações	58	(1.448)	(2.895)
Demais	Demais fatores de risco			
Total sem correlação		411	(12.969)	(25.927)
Total com correlação		(14)	(2.722)	(5.439)

Carteira trading Fatores de risco	Exposições Risco de variação em:	2022		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas		(66)	(118)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(40)	(74)	(147)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	443	(11.087)	(22.173)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(10)	(1.391)	(2.598)
Ações	Preço das Ações	30	(756)	(1.511)
Demais	Demais fatores de risco	(2)	(255)	(502)
Total sem correlação		421	(13.629)	(27.049)
Total com correlação		(32)	(1.793)	(3.462)

(c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 bem como em 31 de dezembro de 2022, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

	2023					Resultado não realizado
	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	
Ativo						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	204.083		202.264		202.264	(1.819)
TVM e instrumentos financeiros derivativos	2.351.838	2.162.260	208.486		2.370.746	18.908
Operações de crédito	1.647.509		1.251.119	448.428	1.699.547	52.038
Passivo						
Depósitos	4.463.042		4.559.307		4.559.307	96.265
Captações no mercado aberto	59.371					(59.371)
Recursos de aceites e emissão de títulos	356.756		357.266		357.266	510
Obrigações por empréstimos e repasses	25.761		25.761		25.761	
Instrumentos financeiros derivativos						
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	252.231		272.861		272.861	20.630

	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	2022
						Resultado não realizado
Ativo						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	83.232		83.588		83.588	356
TVM e instrumentos financeiros derivativos	1.788.840	1.732.870	62.280		1.795.150	6.310
Operações de crédito	1.352.731		1.085.577	301.658	1.387.235	34.504
Passivo						
Depósitos	3.601.158		3.600.788		3.600.788	(370)
Captações no mercado aberto	57.505	57.505			57.505	
Recursos de aceites e emissão de títulos	240.726		240.682		240.682	(44)
Instrumentos financeiros derivativos	156		156		156	
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	220.644		219.977		219.977	(667)

O valor justo dos ativos financeiros, que são negociados em mercados ativos, é baseado em seus preços de mercado cotados na data do balanço. São considerados mercados ativos, aqueles em que os preços de mercado estão regularmente disponíveis por meio de Bolsa de Valores, serviço de precificação ou agência reguladora. Por esses motivos, classificamos esses títulos como de Nível 1, na hierarquia de valor justo.

Para os ativos que não são negociados em mercado ativo, a instituição utiliza técnicas de avaliação para fazer sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Operações de Crédito: O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas médias de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, a média das taxas utilizadas nos contratos atuais é utilizada como parâmetro para o desconto destes fluxos.

b) Depósitos de clientes, de instituições de crédito e do Banco Central do Brasil: O valor justo dos depósitos a prazo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas das curvas públicas de juros futuros em vencimentos similares.

c) Obrigações por títulos e valores mobiliários e Dívidas subordinadas: Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das curvas de juros futuros nos prazos e vencimentos similares. Para os valores de depósitos à vista, foi considerado que o valor justo destes passivos é significativamente próximo de seu valor contábil.

Os ativos classificados no Nível 3, por sua vez, são aqueles que utilizam informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis. Neste caso, o Banco utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos.

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apuração dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de ações, opções de taxa de câmbio, dentre outras) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3.

(d) Resultados recorrentes e não recorrentes

	2º Semestre 2023		
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Total
Receitas da intermediação financeira	535.236		535.236
Despesas da intermediação financeira	(227.461)		(227.461)
Resultado da intermediação financeira	307.775		307.775
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(38.089)		(38.089)
Resultado bruto da intermediação financeira	269.686		269.686
Outras receitas e despesas operacionais	(182.437)		(182.437)
Resultado operacional	87.249		87.249
Outras receitas e despesas (i)	(363)		(363)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	86.886		86.886
Imposto de renda e contribuição social	(10.256)		(10.256)
Participações no resultado	(14.429)		(14.429)
Resultado líquido do semestre	62.201		62.201

	2023		
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Total
Receitas da intermediação financeira	926.056		926.056
Despesas da intermediação financeira	(425.148)		(425.148)
Resultado da intermediação financeira	500.908		500.908
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(79.481)		(79.481)
Resultado bruto da intermediação financeira	421.427		421.427
Outras receitas e despesas operacionais	(299.344)		(299.344)
Resultado operacional	122.083		122.083
Outras receitas e despesas (i)	3.248	(3.555)	(307)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	125.331	(3.555)	121.776
Imposto de renda e contribuição social	(12.005)	1.600	(10.405)
Participações no resultado	(26.288)		(26.288)
Resultado líquido do exercício	87.038	(1.955)	85.083

	2022		
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Total
Receitas da intermediação financeira	804.662		804.662
Despesas da intermediação financeira	(384.065)		(384.065)
Resultado da intermediação financeira	420.597		420.597
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(34.989)		(34.989)
Resultado bruto da intermediação financeira	385.608		385.608
Outras receitas e despesas operacionais	(342.749)		(342.749)
Resultado operacional	42.859		42.859
Outras receitas e despesas (i)	9.920	8.131	18.051
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	52.779	8.131	60.910
Imposto de renda e contribuição social	7.070		7.070
Participações no resultado	(15.148)		(15.148)
Resultado líquido do exercício	44.701	8.131	52.832

(i) No primeiro semestre de 2023 refere-se a perda na venda da DTVM conforme detalhado na nota 12 (b). No primeiro semestre de 2022 refere-se a ganho com aumento de capital de acionistas externos na IPG Holding Financeira S.A. no valor de R\$ 8.131.

(e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos em moeda estrangeira

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

	2023			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Caixa e equivalentes de caixa	63.310	29.024	7.202	99.536
Instrumentos financeiros	168.221	17.816	425.544	611.581
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.802			1.802
Operações de crédito	2.471			2.471
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(53)			(53)
Outros ativos financeiros	164.001	17.816	425.544	607.361
Outros ativos	11			11
Total dos ativos	231.542	46.840	432.746	711.128
Passivos financeiros	330.981	48.934	432.759	812.674
Depósitos	33.762	101	6	33.869
Relações interdependências	125.347	22.477	306	148.130
Obrigações por empréstimos e repasses	161.050		49	161.099
Outros passivos financeiros	10.822	26.356	432.398	469.576
Outros passivos	1.268			1.268
Total dos passivos	332.249	48.934	432.759	813.942

	2022			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Caixa e equivalentes de caixa	66.414	9.385	8.245	84.044
Instrumentos financeiros	197.563	868	83	198.514
Operações de crédito	17.791			17.791
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(154)			(154)
Outros ativos financeiros	179.926	868	83	180.877
Outros ativos	2.161			2.161
Total dos ativos	266.138	10.253	8.328	284.719
Passivos financeiros	491.972	20.158	2.399	514.529
Depósitos	181.755	49	10	181.814
Relações interdependências	131.252	19.035	2.058	152.345
Obrigações por empréstimos e repasses	160.758		215	160.973
Outros passivos financeiros	18.207	1.074	116	19.397
Outros passivos	4.208			4.208
Total dos passivos	496.180	20.158	2.399	518.737

(f) Honorários de auditoria

Em cumprimento aos requisitos éticos do Conselho Federal de Contabilidade, informamos que foram pagos para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes o montante de R\$ 960 a título de honorários de serviços de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício de 2023.

* * *

Composição dos órgãos da administração

Diretoria

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Diretor Presidente

Renata Braga Pentagna Guimarães
Diretora de Governança e Gestão

Rodrigo Braga Pentagna Guimarães
Diretor Comercial

Juliana Braga Pentagna Guimarães
Diretora de Corporate Development

Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior
Diretor de Câmbio

Davi Ponciano Araújo Lima
Diretor de Finanças e Riscos

Ziro Murata Júnior
Diretor Executivo

Rodrigo Elias Moreira
Diretor Executivo

Breno Machado Rabelo Guelman
Diretor Executivo

Giuseppe Paternostro Neto
Diretor Executivo

Comitê de auditoria

Gabriel Pentagna Guimarães
Presidente do Comitê

Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Membro Especialista

Marcos Grodetzky
Membro do Comitê

Conselho de administração

Marcos Grodetzky
Presidente

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Vice-Presidente

Gabriel Pentagna Guimarães
Conselheiro

João Claudio Pentagna Guimarães
Conselheiro

André Pentagna Guimarães Salazar
Conselheiro

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Conselheiro

Simão Hamermesz Neumark
Conselheiro

Gustavo José Costa Roxo da Fonseca
Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco BS2 tem como atribuições o assessoramento do Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria do Banco cobre também a Adiq Instituição de Pagamentos S.A. (Adiq), uma vez que é enquadrado no segmento S3 pelas normas do Banco Central do Brasil (conglomerado prudencial). O Comitê é atualmente composto por três membros, sendo dois independentes, eleitos na reunião do Conselho de Administração de 23 de novembro 2021. Um dos membros independentes é especialista nas matérias tratadas no âmbito deste comitê. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores internos e independentes e especialistas, conduzindo análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela Administração para atendimento de tais apontamentos.

Atividades do comitê de auditoria

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas com a Administração e executivos do Banco, com objetivo de obter informações necessárias aos questionamentos formulados pelos seus membros. O Comitê atua, também, realizando acompanhamentos e revisões, à distância, de documentos e informações.

As atividades do comitê durante o segundo semestre de 2023

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades do canal de ética, analisando os comentários ilustrativos sobre os casos tratados. Com relação ao programa de integridade, o Comitê tomou conhecimento dos indicadores de monitoramento, incluindo aderência regulatória, atendimento aos órgãos reguladores, tratamento de não conformidades dentro do prazo, revisão de normativos internos, treinamentos introdutórios, doações e patrocínios, monitoramento de clientes e parceiros, bem como a gestão de conformidades, detalhando se estavam concluídos, em aberto ou em atraso.

Em uma reunião conjunta com a Administração e executivos das áreas de riscos financeiros e controles internos, os membros do comitê receberam informações adicionais sobre os riscos de liquidez e os resultados dos testes de estresse. Particularmente, foi discutido o impacto do comportamento dos diferentes tipos de clientes (varejo, institucionais, pessoas ligadas e de plataforma) nos depósitos a prazo. Análises abrangentes foram conduzidas, considerando tanto os impactos potenciais quanto as medidas mitigadoras de risco.

Quanto aos riscos financeiros e controles internos para analisar diferentes aspectos da gestão de riscos. Foi discutido o impacto do comportamento dos clientes nos depósitos a prazo, com ênfase nos riscos de liquidez e nos testes de estresse. Outra questão acompanhada foi a relacionada ao crédito e às provisões para perdas, conforme a Resolução CMN número 2682 e o relatório de apetite a risco de crédito acima de 90 dias.

O Comitê discutiu o tema LGPD Adiq Bacen e o termo de compromisso relativo às atividades de PLD, que estão em análise pelo Bacen.

No tratamento do tema segurança da informação, foi analisado o organograma da SI e gestão de risco de fraude, que agora estão sob uma mesma estrutura, incluindo a nova configuração das linhas de defesa, cultura e estratégia de segurança cibernética da BS2 Tecnologia Ltda.

Comitê reuniu-se com a auditoria interna para tomar conhecimento dos trabalhos realizados, cobrindo as áreas SI e Privacidade, os pontos apresentados foram direcionados para as áreas responsáveis, ficou estabelecido que será elaborado um Plano de Ação. Com relação aos trabalhos realizados na Adiq os executivos comentaram os pontos e providências para regularização. Os auditores internos apresentaram o escopo de trabalho para o próximo ciclo de 2 anos. Quanto ao escopo da Adiq, foi solicitada uma revisão diretamente com a Administração, especialmente para indicar as prioridades para 2024. O Comitê reuniu-se, também, com os auditores internos do BS2 Seguros S.A., repassando o escopo e o resultado dos trabalhos realizados durante o segundo semestre de 2023.

Em reunião com os Auditores externos o Comitê tomou conhecimento do Planejamento dos trabalhos para exercício de 2023, analisou o relatório de avaliação de controles internos e sistemas de processamento dos sistemas de crédito de Israel, cujos resultados serão debatidos em relatórios mais detalhados.

O Comitê acompanhou as discussões sobre questões tributárias, especificamente quanto o tratamento do ISSQN do Banco BS2 e Adiq.

Quanto a efetividade dos controles internos

Com o objetivo de cumprir a resolução 2.554 do Banco Central do Brasil, o BS2 possui área dedicada a auxiliar a Administração no estabelecimento de controles adequados para mitigar riscos inerentes à realização das suas atividades, para garantir com razoável certeza o alcance dos objetivos estratégicos, operacionais e de conformidade legal e regulatória, além da confiabilidade nas demonstrações contábeis.

O Comitê de Auditoria, com base nos resultados dos trabalhos apresentados pela auditoria interna, auditoria externa e demais informações apresentadas pela Administração, registra como positiva a efetividade do sistema de controle interno do Banco.

Relativamente a controlada Adiq, existem desafios a serem concluídos em relação à aprovação do termo de compromisso junto ao Banco Central do Brasil, provenientes de deficiências de controles internos relacionadas a PLD, bem como a conclusão dos planos de ação das deficiências de alta criticidade apontadas no relatório da auditoria interna, relativas à tecnologia da informação. Não obstante, todos os planos de ação estão em curso e a maioria teve sua data de conclusão antecipada.

Quanto a efetividade dos trabalhos da auditoria interna

A auditoria interna está sob a responsabilidade de um executivo interno do Banco e os trabalhos da área são realizados pela KPMG Auditores Independentes, que se reporta ao Comitê de Auditoria e está diretamente ligada ao Conselho de Administração do BS2. O planejamento dos trabalhos da auditoria interna são alinhados aos principais riscos da Instituição, analisado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração. Os relatórios apresentados pela auditoria interna foram analisados e discutidos e apresentados ao Conselho do Banco.

O Comitê conclui que a Auditoria Interna cumpriu com seu dever como terceira linha de defesa, dentro da estrutura de governança da Instituição, com a devida independência, cobrindo os principais riscos do Banco e em alinhamento com as melhores práticas de mercado.

Quanto a efetividade dos trabalhos da auditoria externa

Os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos foram planejados e executados de forma a atender as normas dos órgãos reguladores, foram analisados e acompanhados pelo Comitê de Auditoria e levados a aprovação do Conselho de Administração do Banco.

Os auditores, por meio do processo comunicação com a Administração, se manifestaram sobre suas independências e que não houve nenhuma atividade durante o primeiro semestre de 2023 que pudesse

afetá-la em relação ao Banco BS2. O Comitê avaliou a proposta da PWC e não deparou com a existência de outras propostas de trabalho que pudessem afetar a sua independência

Comitê de Auditoria considera a qualidade e a eficiência dos serviços prestados pelos auditores, as suas qualificações, a expertise técnica e o conhecimento das operações e do setor de atuação da Instituição.

Quanto a adequação das demonstrações financeiras do BS2

O Comitê também revisou e discutiu com a Administração e o auditor independente sobre a adequação das demonstrações financeiras individuais auditadas do BS2 e da Adiq, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Com base nas revisões e nas discussões citadas acima, o Comitê recomenda que elas estão aptas a serem aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2024.